



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

 <http://doi.org/10.15448/1677-9509.2019.2.34202>

SEGURIDADE, ACOLHIMENTO E POBREZA

Visão de jovens pais e mães sobre medidas de acolhimento institucional de seus filhos

Vision of young fathers and mothers on measures of institutional sheltering of their children

FABRÍCIA PAVESI HELMER ¹
RAQUEL DE MATOS LOPES GENTILLI ¹
SÍLVIA MOREIRA TRUGILHO ¹

¹Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Bela Vista, Vitória, Brasil.



RESUMO – Reflete-se aqui sobre condições de vida e de consciência de jovens com filhos em acolhimento institucional, cujas medidas judiciais visaram preservar direitos ameaçados ou violados destas crianças. A pesquisa procurou identificar os elementos fundamentais que interferiram na reprodução social da família e que comprometeram a proteção e os cuidados para com os filhos destes jovens. Verificou-se que estas situações denunciam uma expressiva falta de condições de vida para si e para seus filhos.

Palavras-chave: Juventude. Condições de vida. Violação de direitos de crianças. Acolhimento institucional.

ABSTRACT – It reflects here on living conditions and awareness of young people with children in institutional sheltering, whose judicial measures aimed at preserving the threatened or violated rights of these children. The research sought to identify the fundamental elements that interfered in the social reproduction of the family and which compromised the protection and care for the children of these young people. It was found that these situations denounce a total lack of living conditions for themselves and their children.

Keywords: Youth. Life conditions. Violation of children's rights. Institutional Sheltering.

Introdução

O homem é reconhecidamente um ser que necessita relacionar-se objetiva e subjetivamente com outros homens, seres e coisas para se desenvolver pessoal, social, culturalmente. Numa compreensão que nos é possibilitada pela concepção marxiana de ser social, trata-se de considerar o homem como um ser material, dinâmico, histórico, social. Isso revela que ele se constitui humano, diferente de outros seres, e se desenvolve a partir das relações que estabelece e das quais sofre influências no contexto social e histórico em que se encontra inserido, dadas suas condições materiais de existência.

Pode-se afirmar então, que isto impõe uma tomada de consciência de que se vive efetivamente em relação com outros; sujeitos e objetos da vida material, com os quais se estabelece um intercâmbio constante colocando como mediação o metabolismo entre homem e natureza. Para Marx (1983) esta mediação realiza a vida humana.

Ramalho (2010), comentando este aspecto observa que, além disso, Marx também afirma que o homem teria que se perceber como um ser com consciência, com intencionalidade, e, diferentemente dos demais animais, deveria se constituir como um ser que se transforma e se faz a partir da transformação da natureza, pelo trabalho, pelos processos culturais e pelas distintas formas de linguagem e comunicação. Tais mediações conduziram as formas de organização da produção material, a divisão social do trabalho na sociedade em momentos históricos distintos e seu controle decisório na condução da produção material da vida.

Cada homem transforma a si mesmo e ao meio à medida em que, inserido em um conjunto de relações, percebe um caminho para tomada de consciência. Contudo, entre o momento sensível da tomada da consciência e a racionalidade da consciência crítica, existe um logo processo de elaboração intelectual que envolve a percepção, o entendimento e o estabelecimento da razão, processos nem sempre acessíveis ao homem simples, inculto e iletrado.

Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels (1991) já haviam identificado que a classe dominante, por deter e controlar os meios de produção, controla também a disseminação do conhecimento, da ideologia, das formas de pensamento, dando-lhes uma aparência de universalidade. Assim passam a se constituir em importantes instrumentos de dominação, produzindo formas de expressão e de visão de mundo, a partir da perspectiva de classe dominante, reproduzindo-as como se fossem expressões universais e naturais, o que dificulta às classes dominadas seu questionamento.

Lukács (1978), refletindo sobre as bases ontológicas do pensamento e da atividade humana, observa a existência de complexos problemas que envolvem as determinações das necessidades e da liberdade do homem em seu contexto social. Em sua interpretação, a consciência só consegue adquirir um papel realmente ativo, quando essa possui condições de intervir para superação das oposições que afligem a existência desse homem em sua condição como ser e no seu trabalho.

Ao longo dessa reflexão, o autor considera que é inegável a importância da atividade laborativa para dar respostas aos carecimentos que são provocados pela existência humana, em todo seu espectro de possibilidades, indicado que mesmo o trabalho nos enreda de múltiplas formas. E, ainda, nos indica Lukács (1978, p. 17) que tais respostas abarcam desde o “desenvolvimento das capacidades, que vão se diferenciando cada vez mais nitidamente”, podendo também se apresentar “inclusive como um obstáculo para o devir da personalidade, como um veículo para a alienação da personalidade humana” (LUKÁCS, 1978, p. 17).

Neste sentido, objetiva-se aqui pensar – à luz de reflexões de certa tradição do pensamento crítico –, como as condições de vida e as realidades materiais e existenciais de um certo segmento da classe trabalhadora (composta por jovens mães e pais que vivem em situação de extrema pobreza), levou à perda da guarda judicial de seus filhos, para que os direitos destes fossem assegurados.

As reflexões aqui trazidas procuraram explicitar como os segmentos de jovens mais pobres da sociedade pensam suas situações de vida e de seus filhos pequenos, a partir da identificação de como concebem o mundo e a situação em que estão vivendo.

A pesquisa realizada procurou identificar ideias, pensamentos e sonhos de vida, tentando entender como eles emergem em suas consciências, em suas visões de mundo. Ou seja, procurou-se, a partir do

conceito “*visões de mundo*”, entender como este conjunto de representações está idealizado na consciência e no pensamento dos entrevistados, quando falam sobre o presente e o futuro de suas vidas.

Para tanto, parte-se da perspectiva de Löwy (1988), que apresenta o conceito de “*visões sociais de mundo*” tanto para englobar ideias utópicas – que se referem ao devir emancipatório –, quanto às visões sociais de mundo carregadas de ideologias mantenedoras da ordem capitalista. O autor denomina de “*visões ideológicas*” aquelas que se transformam em ideias de manutenção da ordem estabelecida e de “*visões utópicas*”, aquelas que buscam uma ruptura com essa ordem.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, entrevistou jovens que possuem filhos em instituições de acolhimento em decorrência de violação de direitos das crianças. A amostra foi definida a partir da identificação deles (mães ou pais), na faixa de 15 a 29 anos, que possuíam filhos em acolhimento institucional no município de Vila Velha-ES, no período da coleta de dados.

Os resultados obtidos possibilitaram desvendar que, para além da pobreza de homens e mulheres simples, incultos(as) e iletrados(as)¹, é possível identificar um conjunto de elementos que interferem na reprodução social da família, comprometendo a proteção e os cuidados com as crianças por parte de suas mães e pais jovens. Verifica-se, pelos dados obtidos, que essa situação se expressa pela falta de condições de vida dos jovens entrevistados para si e para seus filhos. Uma triste realidade que há várias gerações vem se reproduzindo sem que se aviste num horizonte próximo alguma mudança substancial.

Desigualdades sociais, pobreza e consciência social

O capitalismo é um sistema em cuja estrutura convivem profundas contradições na relação entre riqueza e pobreza. Marx (1983), já explicitara o sentido em que esse modo de produção se assenta na exploração da força de trabalho e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, gerando a acumulação, de um lado, e a exploração e expropriação, de outro. Observara também que esse contexto produz a alienação dos seres humanos, tornando-os totalmente subjugados a uma ordem desigual e moralmente injusta e desumana, fundada na exploração do trabalho.

Observa-se aqui que, desta perspectiva teórica, a ordem do capital não se mantém apenas pela reprodução e imposição de ideias, valores e conceitos prontos. Esta é engendrada pelas relações econômicas e jurídico-políticas, que constituem todo o arcabouço que lhes conferem as condições objetivas e materiais prévias para a sua existência.

A sociedade do capital está fundada na exploração da força de trabalho, e destrói qualquer capacidade “da vida se expressar como vida” (IASI, 2013, p. 70), sendo fácil entender porque muitas pessoas não se antagonizam à exploração, pois o proletariado não vive em outras relações, vive nas relações do modo de produção capitalista e é nele e com suas contradições, que precisam existir.

A primeira expressão de consciência social é a incorporação da concepção da consciência que consiste na própria expressão da sociedade que foi tornada “universal”. Assim, os indivíduos pensam o mundo e a si mesmos a partir dos elementos que constituem a consciência dos segmentos dominantes da sociedade. Segundo Iasi (2013), é nesta acepção que reside o problema, pois toda esta realidade torna-se impossível de ser compreendida, à primeira vista.

Observa-se que, por sua complexidade, ambivalências e contradições que a todos afeta, os aspectos de classe e de sua consciência se imiscuem, tornando-se pouco perceptíveis na aparência imediata. São movimentos que só podem ser compreendidos no interior da totalidade de suas relações, e não isoladamente. Segundo Iasi (2013), a primeira expressão da consciência social dos indivíduos é decorrente do “amoldamento”, tornado expressão da consciência sobre a ordem vigente, uma visão universalizada na qual os trabalhadores tomam parte, tornando-a naturalizada.

Não se pode dizer que um ser no capitalismo tem consciência de classe apenas por saber que é explorado. É o ser do proletariado enquanto classe, que define o curso histórico que ele (individualmente) deve seguir, e não o que ele pensa sobre si próprio ou sobre o que poderia ser feito na vida em sociedade.

Nesta tradição de pensamento, a consciência de classe está vinculada a atividades materiais e coletivas de homens, que em determinadas circunstâncias históricas podem vir a protagonizar um projeto coletivo emancipatório.

Para Marx e Engels (1991, p. 36), os homens “são produtores de suas representações, de suas ideias como homens reais e ativos, tais como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas”. Pode-se dizer que o homem, ao tomar consciência da necessidade de se relacionar com os demais indivíduos, demarca aí o início de um processo de tomada de consciência sobre o que vive efetivamente em sociedade.

Entretanto, a complexidade devastadora do mundo atual interfere diretamente na capacidade do homem pensar seu devir, sobretudo, aquele homem comum, distanciado de todas as mediações constituídas pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que atuam diretamente na constituição do mundo atual.

Problematizando sobre as condições ontológicas que se interpõem entre homem e natureza no debate marxiano, Mészáros (2006) estabelece que o ser de classe é, antes de tudo, um ser social, que para se constituir desta forma, precisa tomar consciência de si mesmo, de sua base orgânica e biológica e de suas potencialidades. Precisa se apropriar de suas habilidades, entender o mundo a sua volta e o contexto em que está situado.

Trata-se do problema ontológico da consciência. Ou seja, o movimento que representaria a passagem da tomada de consciência de si, para uma consciência para si. Indica uma consciência ainda imersa no contexto em que surge, limitada a responder aos estímulos do meio, mas se transformando numa consciência que consegue se apropriar de elementos que expressam tal contexto e suas particularidades. Indica tratar-se de uma consciência que se constitui, que reflete sobre si mesma. Isto ocorre quando o sujeito entende sua realidade e torna-se capaz de elaborar uma consciência de si próprio, construindo um sentido para sua existência.

Mas, ainda restam os profundos desafios daqueles segmentos sociais explorados, expropriados, iletrados e que não tiveram acesso a nenhuma transcendência de sua natureza colada em seu cotidiano. Não conseguem ascender a uma percepção sobre as mediações contemporâneas do viver em sociedade.

Encontram-se imersos num modo de vida bem mais complexo, que lhe dificultam a existência, cujas relações sociais encontram-se mediadas por novos objetos-fetiches que operam as relações sociais. Por serem expressões de uma nova materialidade tecnológica e cultural que vem afetando também a subjetividade das pessoas na vida em sociedade.

Tais produtos têm transformado a vida dos indivíduos, de tal forma que parece que esta se torna impensável sem os mesmos. A vida atual está imersa numa cultura onde, a onipresente sociedade de consumo, torna os indivíduos cada vez mais individualistas, sobretudo, pelo uso generalizado das tecnologias de acesso à internet, que possibilitam conexões com as mídias sociais, *sites* e *blogs*, constituindo uma realidade avassaladoramente presente, permitindo um movimento intenso e constante de relações “*on-line*” com pessoas distantes, em detrimento de seus pares, fisicamente presentes.

Neste sentido, a vida contemporânea torna-se uma forma de viver e sentir muito mais diversificada, possibilitando outras formas de apropriação bem diferentes da realidade. Além disso, produz um turbilhão de fragmentos de realidade que geram interseções de intencionalidades, cujos sentidos e escolhas de vida nem sempre são compreensíveis em toda sua complexidade para o homem comum.

Lopes (2009, p. 92), identifica que a “construção de referências coletivas e a sensação de pertencimento a um grupo são processos problemáticos para os sujeitos contemporâneos”, cujos valores são definidos pelas relações de trocas mercantis, pelo individualismo e pelas práticas sociais que marcam formas de relacionamento impessoais e competitivas. Os desafios têm sido imensos para que as consciências compreendam as manifestações materiais e subjetivas de suas realidades e que as tornem capazes de construir um sentido para a existência que seja distinto dos modelos dominantes.

Neste sentido, pode-se apontar como as novas formas de produção do capital na contemporaneidade têm gerado redução dos postos de trabalho, precarização e flexibilização das relações trabalhistas, maior

competitividade, polivalência de tarefas e de atividades, exigindo maior qualificação de todos, associadas à política neoliberal que tem produzido profundos efeitos na vida e nas formas de viver de cada um. Para os segmentos mais precarizados, a realidade tem sido profundamente desumana e excludente.

A insegurança, a busca de privacidade e o isolamento no meio da multidão, marcam a tônica dos dias atuais, cujas raízes podem ser vistas entre as principais características desta nova realidade econômica com seus fortes desdobramentos na sociabilidade e subjetividade contemporâneas. Essa nova forma social dissemina a ideologia de novas necessidades de aquisição de artefatos produzidos pelo mercado e difundidas pela mídia, pela publicidade e pela dramaturgia de massa, que passam a ditar uma forma de viver, de pensar, de vestir, de se comportar, aprofundando as novas expressões da divisão social do trabalho, seus produtos, suas formas de se relacionar com as condições de trabalho, cujos objetivos maximizam os lucros que beneficiam, sobretudo, os segmentos de classe que operam com o capital financeiro, conforme nos lembra Yamamoto (2011).

O visível aprofundamento das desigualdades sociais – numa realidade profundamente expropriadora, como a que existe no capitalismo brasileiro –, assim como a ampliação do desemprego comprovam que a proposta neoliberal vem saindo-se vitoriosa em suas metas de colocar o mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas. Isso, segundo Yamamoto (2011, p. 141), impõe “aos indivíduos a responsabilidade de se virarem no mercado”, uma vez que gastos sociais são tidos como as principais causas da crise fiscal do Estado, questão muito cara aos neoliberais e aos conservadores.

No debate profissional do Serviço Social, apesar de existirem reflexões que não se referem ao mesmo campo epistemológico e teórico deste artigo, podemos nos socorrer de reflexões de profissionais que acompanharam de perto esta realidade para tentarmos desvendar alguns elementos que interferiram na reprodução social das famílias que se encontram nesta realidade de extrema precariedade. Assim, imersa numa realidade diversa e contraditória estão as classes trabalhadoras “mais pobres” e “precarizadas”, nos termos que, segundo a lógica do Estado mínimo, apesar de suas diversas demandas como educação, saúde, segurança, transporte e trabalho, permanecem alheios às políticas sociais e a seus direitos sociais historicamente conquistados.

Neste sentido, recorreremos às reflexões de Fávero (2007) que observa que a luta pela sobrevivência ocorre no dia a dia das famílias extremamente precarizadas, não apenas em relação à sobrevivência material, mas também em relação à sobrevivência afetiva e de pertencimento a uma realidade social. Sobre as condições de materialidade de vida e de existência deste segmento da classe trabalhadora, usualmente identificado como pobres, também Yazbek (2012) afirma que são produtos das próprias relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista que produz e reproduz desigualdades nos mais variados âmbitos, sejam estes políticos, econômicos, sociais e culturais.

Tais mecanismos definem para este segmento extremamente “pobre” um lugar na sociedade. Neste, são desqualificados em função de comportamentos que constituem o seu viver e modo de expressão de seus afetos e relações, demonstrando que a pobreza é também constituída nas relações sociais e não se reduz apenas às privações materiais e à falta de acesso a bens socialmente produzidos.

Suas precárias condições de sobrevivência, influenciam diretamente suas visões de mundo. Ademais, os indivíduos tendem a se culpabilizar pelas carências e mazelas sofridas. Aceitam tal realidade como algo natural e imutável, alienam-se das formas sociais e culturais que possibilitariam qualquer forma de emancipação ou de transformação da própria realidade. Vivem à espera de que algo ou alguém, vindo de fora, possa transformar sua sorte, como é comum nas relações com as religiões.

Mesmo que a consciência de classe só possa ser concebida se o sujeito for capaz de se apropriar, com seus desejos e intencionalidades, da realidade que o permeia, ela não é um atributo do indivíduo isolado, mas do sujeito histórico, do ser social. O ser social é, antes de qualquer coisa, um ser natural, isto é, alguém que precisa se alimentar, se proteger do calor e do frio para sobreviver, por exemplo. Mas é também um sujeito potencialmente capaz de pensar e refletir sobre sua realidade.

Nesse sentido, é correto afirmar que condições de vida degradantes podem contribuir para um rebaixamento da consciência política ou de classe de um segmento da população que vive somente na luta pela sobrevivência, como aponta Marx (2010). Quando se refere ao pauperismo, o autor indica que este

não chega a se constituir num segmento da classe trabalhadora, não participando de um projeto coletivo de emancipação, nesta perspectiva.

Como a concepção de transformação de uma realidade pressupõe a existência de um sujeito consciente de si mesmo e de seu poder gerador, supõe-se também que este seja capaz de criar sua realidade como algo possível de ser planejada e modificada. Eusébio Filho (2010) apropriando-se de Marx, observa que, neste sentido, não se trata apenas de uma consciência pura, absoluta (consciência em si), mas uma capaz de se apropriar minimamente das propriedades objetivas de determinado objeto e sobre ele agir para fortalecê-lo ou modificá-lo (consciência para si), um movimento intelectual profundamente difícil de ser realizado em momentos de instabilidade e de profunda crise, como na que se vive atualmente.

O que ocorre no caso dos segmentos de classes sociais muito pauperizadas é que a passagem da “consciência em si” para a “consciência para si” é dificultada e, muitas vezes, é impossibilitada pelas condições precárias em que vivem. Além das condições objetivas de sua materialidade existencial, compartilham o sofrimento da exclusão, do não acesso aos benefícios decorrentes das políticas públicas e da falta de condições materiais para a sobrevivência.

São pessoas que convivem, dentre outras coisas, com a deficiência de educação pública, da dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, previdência e, muitas vezes, nem acessam os benefícios sociais. Quando muito, apresentam-se como demandas cotidianas aos programas de governo que são disponibilizados de forma restrita e com acesso abarrotado de limitações. Vivem na incerteza do futuro devido às expectativas mínimas de emprego (HELMER, 2018).

Visões de mundo e relações com os filhos

Existe uma grande complexidade em torno da discussão de ideologia, de visões ideológicas de mundo e de consciência. Em Marx, por exemplo, não existe propriamente uma teoria da ideologia, mas vários elementos sobre esta questão estão presentes difusamente por toda sua obra e podem ser utilizados para uma teorização. Marx considerava ideologia como um instrumento de dominação, que aliena a consciência dos trabalhadores da sua condição de explorado, constituindo-se num meio usado pela classe dominante para exercer sua dominação (LÖWY, 1988).

O conceito de ideologia se referiria à expressão de ideias ligadas às classes dominantes, que existiriam com a finalidade de dominação. Consistiria num conceito crítico-negativo que indica uma falsa representação, um conhecimento invertido da realidade, uma falsa consciência que acaba por justificar as relações de dominação e de poder. Neste sentido, Bottomore (2012) considera inapropriado falar de uma ideologia proletária, apesar deste debate existir entre os marxistas, conforme Löwy (1988) nos aponta.

A visão da ideologia como “falsa consciência” desenvolvida por Marx, conforme Löwy (1988), remete ao processo no qual o indivíduo desenvolve uma consciência que não corresponde à sua própria existência de classe, mas aos interesses de outra. Esta noção significa que uma compreensão sobre a vida e o mundo não está sendo tomada a partir de interesses próprios da condição do sujeito, mas na dos interesses da burguesia, que esconde sua essência na aparência das coisas.

É Löwy (1988) que também nos informa que Marx nunca se referiu a uma ideologia do proletariado. Para ele, a ideologia aparece vinculada às classes dominantes que precisam (de suas perspectivas) manter ou fortalecer a ordem estabelecida. Os problemas, com os quais os homens se deparam não poderiam ser resolvidos apenas pelas ideias, pois elas são consequências de contradições reais da sociedade capitalista.

Ainda para Löwy (1988) este processo se dá de tal forma que a ideologia da classe dominante se constitui como uma representação de realidade que se sobrepõe junto com a política e a economia às demais classes, à sociedade como um todo, produzindo, assim, as condições objetivas para a garantia de sua permanência enquanto dominante. Entretanto, observa que existem várias questões atuais sobre esta concepção marxiana de ideologia, assim como nos autores que com ele debatem.

O autor observa que o conceito de ideologia, apresentado por Lenin, e de utopia, por Mannheim, também não possui uma plasticidade capaz para acompanhar a complexidade dos dias atuais. Nesse sentido,

Löwy (1988, p. 13) propõe o emprego do termo “*visão social de mundo*”, que perpassa os conceitos de ideologia e de utopia. Com isso, Löwy propõe a utilização de um com maior flexibilidade para se referir a diferentes expressões ideológicas, marcadamente sociais, sobre o mundo.

Assim, apesar do conceito de “*visões sociais de mundo*” fugir da ortodoxia marxista, ele contribui para uma reflexão sobre as diversas, relativas e distintas manifestações ideológicas produzidas pelos distintos segmentos de classes sociais hoje existentes. Tais visões constituem, em cada campo onde são produzidas, um conjunto estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, que interferem nas relações sociais, compondo aspectos que podem emergir com mais nitidez sobre a dinâmica social, e que ficam de fora de uma análise ideológica, mais ortodoxa.

Apesar de haver na sociedade capitalista uma naturalização da ideologia dominante, que considera a exploração e a expropriação (condições objetivas originárias da desigualdade social) fenômenos imutáveis, nela também surgem as ideias que desqualificam os processos de interação do fazer humano que transformam a realidade pela ação coletiva. A maior dificuldade para reconhecer a existência de distintas visões sociais de mundo está no fato de que as pessoas não conseguem ter acesso imediato à realidade. Ela consiste num misto de aparência e essência, se mostrando e se escondendo, necessitando das mediações para serem compreendidas, e assim, decifradas.

Assim, diferentemente da compreensão de que a ideologia seria uma inversão, abstração ou falsa consciência, entende-se, a partir Löwy (1988, p. 15), que as ideologias são “*visões sociais de mundo ideológicas*”, são produtos sociais que devem ser analisados em sua historicidade. Assim, elas só podem ser compreendidas a partir da análise da totalidade da realidade social como um todo estruturado, em toda sua complexidade e contradições sem perder sua relação com o conjunto da vida social.

Essa reflexão permite dizer que se pode ter uma *tomada de consciência* de classe, a partir de um outro “*ponto de vista*”, expandindo-se, assim, as possibilidades dos sujeitos de outras classes se situarem noutra perspectiva, como a do proletariado, por exemplo, ao tomarem consciência dos processos históricos nos quais se encontram inseridos. Tal posicionamento, entretanto, não se faz em termos de uma tomada de consciência de classe (porque a dele não é a do proletariado), mas na perspectiva de uma visão que se põe no ponto de vista daquela classe, do ponto de vista que corresponde à consciência de classe do proletariado.

Uma problemática que afeta a construção de uma visão ideológica de mundo na perspectiva dos interesses históricos do campo teórico do proletariado, pode ser encontrada na reflexão sobre senso comum. Cardoso (2017), também numa outra perspectiva epistemológica, contribui com a nossa reflexão ao apontar que o tema se trata de uma visão de mundo muito difundida nas “*classes subalternas*”, por sua visão de mundo desordenada e assistemática.

Cardoso (2017), partindo de reflexões de Gramsci sobre concepções de mundo, demonstra que, assim como há uma concepção de mundo que se expressa através da reflexão intelectual, existe outra que se manifesta na ação efetiva da vida. A elevação do senso comum a um plano crítico, só se realizaria através da luta concreta e de um projeto educativo capaz de tirar as massas da passividade e da construção uma hegemonia (que os incluiria), visando uma nova ordem social.

No mundo real, os atores sociais interagem entre si, independente de terem sido capacitados ou não, numa lógica vinculada aos interesses históricos dos trabalhadores. Atuarão na vida política e social alheios às demandas de uma luta mais efetivamente crítica. Isso ocorre porque determinadas camadas sociais, que compõem o segmento social que Marx (1983, p. 747) denominou *lumpemproletariado*, se constitui como um segmento alheio às lutas que se travam no contexto das classes fundamentais da sociedade em decorrência de sua própria precariedade existencial.

Singer (2012), também partindo das reflexões de Marx, traz uma contribuição importante para se pensar os segmentos sociais alheios às disputas do campo político, propriamente dito. O autor identificou, em pesquisa recente, que as “*frações de classe que demonstram dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si [...] apresentam-se na política enquanto massa*” (SINGER, 2012, p. 21).

A partir da realidade dos segmentos de jovens desta investigação, pode-se dizer que existe certa identificação situacional, que os aproximam econômica e politicamente dos segmentos analisados por

Singer. Sua contribuição teórica pode ser observada a partir do fato dos segmentos sociais e frações do nosso estudo agirem, nesta perspectiva, como massa.

Ou seja, para Singer (2012), por se encontrarem destituídos de condições e possibilidades de agirem por meios próprios, identificam-se com aqueles sujeitos que, de suas perspectivas como camadas mais altas da sociedade, seriam capazes de acionar as alavancas do Estado para beneficiá-los. Além disso, como bem apontado por Cardoso (2017) e já anteriormente referido neste texto, a construção de uma visão de mundo que contribua para a compreensão da lógica de exploração e dominação requer ação efetiva na vida por meio de luta concreta, ou um projeto educativo capaz de tirar as massas da passividade, elementos esses que não se mostram presentes na realidade e condição de vida dos jovens que analisamos.

Inserindo as contribuições de Scherer (2018) nesta esteira de raciocínio, reconhecemos, por meio deste estudioso, que os jovens no Brasil se apresentam como um dos segmentos sociais mais afetados pela lógica do capital, na dinâmica da sociedade brasileira, sofrendo significativos impactos relacionados ao acirramento das manifestações da questão social, como violência, violação de direitos, precarização do mundo do trabalho e pobreza, além da dificuldade de acesso ao ensino. Todas essas situações estão projetadas na vida dos participantes da pesquisa especialmente marcando sua condição de vida “precarizada” e em situação de extrema “pobreza”.

No Brasil, a maioria de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, além de originarem de situação de explícita miséria, encontram-se em medida protetiva em decorrência do fato de seus pais ou responsáveis terem tido o direito familiar destituído. Soma-se ao pauperismo, as consequências de uma vida desprovida de condições de viver, sem condições mínimas para o desenvolvimento de suas capacidades, conforme Lukács (1978, p. 17) já nos advertira, ou ainda, como Iasi (2013, p. 70) observa sobre a incapacidade de se ter condições “da vida se expressar como vida”, que apontáramos acima.

Tais crianças ou adolescentes foram retiradas do convívio de seus familiares em virtude de maus-tratos (abandono, negligência, evidência de abandono, não fornecimento de condições necessárias à sobrevivência básica, como alimentação, violência física, psicológica e sexual, drogadição, entre outros motivos), conforme pode-se observar nos Relatórios Estatísticos, disponibilizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2013).

Apesar das estatísticas apontadas e dos criteriosos procedimentos técnicos realizados por profissionais do poder judiciário nos estudos de cada família para fundamentar as decisões judiciais (tomadas a partir dos princípios da Doutrina de Proteção Integral no maior interesse das crianças e adolescentes para protegê-las de violação de direitos), nem sempre tais determinações são facilmente aceitas pelas jovens mães. Importa salientar que, embora criteriosos, os procedimentos técnicos do judiciário nem sempre intentam para a garantia dos direitos sociais, na medida em que o Acolhimento Institucional de exceção passa a ser a única intervenção estatal disponibilizada para algumas famílias, já em situação de desproteção social.

Entre jovens mães e pais entrevistados em pesquisa recente, Helmer (2018) observou opiniões divergentes sobre as medidas judiciais. As mães declararam acreditar que seus filhos estariam melhor sob seus cuidados e que a retirada da sua guarda teria sido uma ação injusta, pois, apesar da difícil condição financeira e social em que viviam, acreditavam que poderiam cuidar de seus filhos.

Somente um jovem pai participante da pesquisa, avaliou de forma positiva a retirada do filho de seu convívio e a sua colocação em instituição de acolhimento. Considerava o ato favorável devido ao fato dele próprio ter dificuldades objetivas de cuidar da criança por ficar muito tempo ocupado com o trabalho. Também avaliou a pouca ou nenhuma disponibilidade da mãe e de outros familiares poderem cuidar da criança. Neste caso, as condições objetivas dos cuidados que a instituição de acolhimento dispensava ao seu filho contou muito na sua avaliação.

Percebeu-se também que tais jovens possuem dificuldades de entender as questões relativas aos direitos de seus filhos, assim como de compreender onde seus comportamentos estariam comprometendo a integridade deles. Sem uma ação efetiva de luta e sem acesso a um projeto educativo que, segundo Cardoso (2017), tornaria possível sair da condição passiva de massa, demonstraram não perceber clara

e objetivamente suas realidades de vida presentes, sem trabalho ou lugar fixo de morada, tampouco demonstraram assimilar como a realidade social mais abrangente influencia a legislação e as deliberações do judiciário sobre decisões de destituição do poder familiar.

Mesmo sendo notável a precariedade das condições sociais e das dificuldades financeiras (observadas nos espaços residenciais visitados pela pesquisadora) as jovens mães entrevistadas acreditam que, mesmo assim, ainda possuíam condições de cuidar de seus filhos, dentro de suas possibilidades. Poder-se-ia ajuizar que tais pensamentos exemplificam o que Marx e Engels (1991) já haviam observado sobre a associação entre a vida do ser humano em extrema pobreza (por não conseguir sair destas condições materiais de vida) e a consciência real que expressa sobre suas necessidades reais.

Entre os jovens pais e mães entrevistados, a visita aos filhos em acolhimento não é vista como um direito dos filhos, nem como um dever em relação à criança para que sejam preservados os seus vínculos para manter a convivência familiar, conforme preconiza o artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre os entrevistados, 65% afirmaram desconhecer o local para onde os filhos foram levados. Declararam também que não se mobilizaram para procurar saber o endereço das instituições de acolhimento, nem para fazerem as visitas a que têm direito. Parecia que ter um filho seu sob tutela do Estado era melhor para as crianças que em própria família.

A maioria dos jovens entrevistados demonstrou uma grande apatia em relação aos desdobramentos legais sobre o acolhimento institucional de seus filhos. Percebe-se concretamente que, sair da imediatividade do nível de consciência destes jovens para vislumbrar um nível mais crítico e elaborado de consciência não é uma tarefa simples, sobretudo porque estas pessoas se encontram imersas numa realidade cujas condições de vida as tornam completamente dependentes da luta diária pela própria sobrevivência.

A realidade de moradia destas famílias é de habitações precárias, geralmente em espaços reduzidos, sem privacidade ou mesmo, em alguns casos, vivem em situação de rua. Desemprego ou trabalho informal fazem parte desta existência cotidiana. A rede de apoio pública é precária e a rede apoio familiar, nem sempre consegue ofertar condições de ajuda. Além disso, por não possuírem proteção, nem segurança econômica e afetiva, não conseguem oferecê-las aos filhos.

A vida destes jovens, imersos numa naturalização desumana de suas precárias condições de vida, parece não possibilitar condições para que eles possuam consciência de suas reais necessidades, responsabilidade e direitos. Neste sentido, observa-se que não se trata de acreditar ingenuamente que um indivíduo seria capaz de transformar suas circunstâncias, sem considerar todo o contexto em que se vive.

Sem apresentarem os elementos que os permitam superar a condição de passividade das massas como aqueles apontados por Cardoso (2017), seguem suas vidas mantendo uma visão de mundo pouco ou nada elaborada em plano crítico e vivendo em condições “precarizadas”. Também pode-se argumentar, como Löwy (1988), sobre a existência de divergências e pontos de vista diferentes que, mesmo entre aqueles que compartilham de uma mesma visão social de mundo existem níveis de consciência e divergências sobre a expressão de tal consciência.

Para tais jovens, percebe-se que elaborar um pensamento que expresse um nível mínimo de consciência e responsabilidade social para com seus filhos pequenos, requer muito mais que certo nível de escolaridade. Requer um sentido de vida muito mais amplo que lhes ofereça uma razão que justifique esta luta.

A educação apareceu entre os entrevistados como um desejo e estudar figura em seus sonhos. Para eles, a educação modificaria suas realidades. Acreditam que se tivessem educação, ou se vierem a tê-la, poderiam ter uma ponte para reverter a realidade em que vivem. A educação se revela, na fala deles, como um sonho ainda não alcançado. Entretanto, a realidade de vida que apresentam condiz com a situação de boa parte dos jovens no Brasil, tão bem apontadas por Scherer (2018), sem acesso a trabalho, educação e em meio a violação de direitos e pobreza, afetados que estão pela dinâmica atual do capital.

Pode-se observar que, devido à imensa desigualdade social no país e a não universalização do acesso aos direitos sociais, as condições reais de escolarização os colocariam em situações de vida diferentes. Percebem a educação como a chave para se acessar os direitos sociais. E, neste sentido, parecem desejar construir, por essa via, uma visão de mundo que os possibilite superar a condição de passividade política característica das massas, a que se refere Singer (2012).

De certa forma, tais indivíduos confirmam o que Marx postulava sobre o poder da ideologia como forma de representação de valores que visam manter ou fortalecer uma ordem estabelecida, uma vez que tais jovens não ofereceram nenhum questionamento sobre suas condições de vida em que viviam (LÖWY, 1988).

Jovens, pai e mães de crianças em acolhimento institucional contatados, e que aceitaram ser entrevistados, em sua maioria não chegam nem a se constituir como um segmento da classe trabalhadora. Só isso já os coloca, segundo os princípios de Marx (1983), impossibilitados de participarem de um projeto coletivo emancipatório.

Por meio desta reflexão sobre as visões de jovens pais e mães em relação às medidas de acolhimento institucional a seus filhos, apoiadas na teoria social de Marx, observa-se que estamos diante de pessoas que foram abandonados pela sorte e pelo Estado. São jovens que vivem o imediato, até porque suas realidades não lhes oferecem outras alternativas. Estão imersos naquilo que Heller (2008) identifica, a partir dos estudos da cotidianidade, como a espontaneidade e o imediatismo do cotidiano. Neste caso, de um cotidiano contraditório, marcado por sofrimentos, tristezas, alegrias, destruições e reconstruções, que somente o ser humano é capaz de viver, mas cujo devir ainda está por ser definido.

Por fim, convém observar que a precariedade dos jovens entrevistados era tão grande, que mal conseguiam formular um pensamento mais elaborado. Em algumas entrevistas, as jovens mães falavam do medo de prejudicarem a si mesmas e a seus filhos, caso falassem alguma coisa inapropriada.

Considerações finais

Verifica-se que, exíguas condições econômicas para sobreviver, insignificante desenvolvimento intelectual, falta de escolaridade, de capacitação profissional e desemprego são agravadas pela precariedade dos vínculos estabelecidos por adolescentes e jovens com a escola e que vai refletir na constituição de seus filhos, quando os tem de forma inesperada ou acidental.

Tal realidade dificulta a permanência destes no sistema educacional, muitas vezes considerados insípido, incapaz de reverter a realidade social atual. Neste sentido, tais jovens entrevistados, declararam possuir suas condições de sobrevivência agravadas pelas poucas condições de reverter a situação precária em que vivem, sendo que alguns acabam por naturalizar as condições de sua realidade.

Sem uma clara consciência de sua realidade social, econômica e cultural, sem condições objetivas para que suas consciências possam se desenvolver e se expressar como consciência de classe, é pouco provável que se efetive um comportamento de luta para transformar a realidade contraditória em que vivem.

Até suas necessidades mais imediatas são pensadas como um sonho difícil distante de se concretizar. E, sem uma perspectiva distinta de classe, que lhes ofereça uma perspectiva de futuro, esses sujeitos tendem a se integrar ao conservadorismo, até por inércia.

A tradição do Serviço Social nos ensina que sujeitos deixados à própria sorte pelo Estado e pela sociedade mal conseguem sobreviver ao seu dia a dia. Entretanto, cada um encerra em si uma dignidade humana, que precisa ser resgatada. São sujeitos de direitos e precisam ser acolhidos, orientados e acompanhados em seus processos de superação individuais, para que possam realizar um resgate de si mesmos e caminharem no sentido da emancipação humana.

Por fim, apoiadas em dados da pesquisa, considera-se que as visões ideológicas do mundo, expressas pelos entrevistados, remetem à precariedade existencial e de condições materiais de vida a que estão submetidos, impossibilitando-os de realizarem uma ação mais consciente, até para preservar os vínculos com seus próprios filhos que se encontram em acolhimento institucional, e ainda de realizarem esforços significativos no sentido de saírem do profundo pauperismo econômico, intelectual e moral em que se encontram.

Referências

- BOTTOMORE, Tom (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BRASIL. **Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.
- CARDOSO, Franci Gomes. Classes Sociais e construção da hegemonia das classes subalternas. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, XVIII.*, 2017, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2017. <https://doi.org/10.24873/j.rpemd.2018.09.228>
- EUSÉBIO FILHO, Antonio. **Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação**. 2010. 382p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2010. <https://doi.org/10.14295/2596-2221.xviceel.2018.254>
- FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão Social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras Editora, 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 6. ed. rev. ampl. Curitiba: Posigraf, 2004.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- HELMER, Fabrícia Pavesi. **Juventude e pobreza: um estudo sobre acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. 2018. 114f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, Vitória, 2018. <https://doi.org/10.5327/z2447-211520181800061>
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.
- IASI, Mauro Luis Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 1, p. 67-83, jan./abr. 2013.
- LOPES, Maria Cavalcanti Barroso. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. **Trabalho Educação e Saúde [online]**, v. 7, n. 1, p. 91-113, 2009. <https://doi.org/10.1590/s1981-77462009000100005>
- LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1988.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *In: Temas em Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I, vol. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1983.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 1991.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **A natureza da natureza em Marx**. TOMO São Cristóvão SE n. 17 jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/512/428>. Acesso em: 15 out. 2018. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i17.512>
- SCHERER, Giovane Antonio. As juventudes diante da crise estrutural do capital: reflexões sobre a atual conjuntura brasileira. *In: GROSSI, Patrícia Krieger et al. Juventudes, violências e políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, p. 49-68.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. <https://doi.org/10.33026/peg.v14i1.2103>
- YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/s0101-66282012000200005>

Nota

¹ Tomando por referência o dicionário da língua portuguesa de Ferreira (2004) utilizamos os termos inculto e iletrado para designar, respectivamente, a pessoa sem instrução e analfabeta (ou quase).

Recebido em: 19/05/2019.

Aprovado em: 25/11/2019.

Publicado em: 30/01/2020.

Correspondência para:

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

Av. Nossa Senhora da Penha, 2190 – Bela Vista

29027-502, Vitória, ES, Brasil

Autoras:

FABRÍCIA PAVESI HELMER

Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Gestão de Políticas Sociais Públicas e Privadas pela Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo. Mestranda em Política Pública e Desenvolvimento Local na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1213-1350>

E-mail: fabriciahelmer2@hotmail.com

RAQUEL DE MATOS LOPES GENTILLI

Mestre em Ciências Sociais e Doutora em Serviço Social (PUC-SP). Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local e do Curso de Serviço Social da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1673-8440>

E-mail: rgentilli@uol.com.br

SÍLVIA MOREIRA TRUGILHO

Assistente social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestre e Doutora em Educação. Professora do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM). Assistente social do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória em Vitória-ES.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6248-6056>

E-mail: silvia.trugilho@emescam.br